

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA EXECUTIVA – SECEX

## **IV REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Data: 13 de novembro de 2003

Local: sala de reuniões 7º andar do MMA

Horário: 9:30-13:00 hs.

Pauta da Reunião:

- Avaliação do Seminário “Experiências em Gestão Compartilhada”;
- Estratégia de implementação das Comissões Tripartites Estaduais;
- Preparação do Seminário “Rumos do Licenciamento” (09/12/2003); e
- Agenda da Comissão Tripartite Nacional.

Participantes:

Dr. Cláudio Langone - secretário-executivo do MMA

Dr. Volney Zanardi Junior - diretor do Departamento de Articulação Institucional (DAI/ MMA);

Dra. Alexandrina S. Moura – secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente/PE e presidenta da ABEMA;

Dr. Maurício Lobo – diretor-presidente do IEF/RJ e membro suplente da ABEMA;

Dr. Pedro Novaes - secretário-executivo da SEMARH/GO e representante da ABEMA;

Dr. Jarbas Ribeiro Júnior – secretário de Meio Ambiente de Vitória (ES) e presidente da ANAMMA;

Dr. Mário Sérgio Rasera – vice-presidente da Regional Sul/PR da ANAMMA e membro suplente da associação;

Assuntos discutidos:

## ***1. Avaliação do Seminário “Experiências de Gestão Compartilhada”***

Dr. Volney – DAI/MMA – Deu início à reunião questionando os presentes sobre a pauta sugerida e a seqüência de discussão dos temas propostos. Também consultou os participante sobre o conteúdo da memória da reunião anterior da Tripartite. Afirmou ainda que, em função de ter que atender outro compromisso, o Secretário Executivo Dr. Langone, chegaria atrasado à reunião.

Dra. Alexandrina – ABEMA – Informou que enviou cópia do Projeto de Lei (PL) do Dep. Sarney Filho aos membros da ABEMA, já tendo, inclusive, recebido manifestações. Afirmou que o assunto do PL – a regulamentação do art. 23 da Constituição Federal - será debatido na próxima reunião da ABEMA. Propôs que constasse, como encaminhamento, na memória da reunião da Tripartite de 15/10/03, a questão da discussão do PL referente ao art. 23 da CF.

Dr. Volney – MMA - Avaliando o Seminário de Gestão Compartilhada, pontuou a existência de diversos pontos de consenso e a constatação da necessidade de interlocução principalmente com as Gerências Executivas do IBAMA. Afirmou ter havido muitos questionamentos no sentido de como aperfeiçoar a relação com o IBAMA sede e os seus Gerentes Regionais (GEREX).

Dra. Alexandrina – ABEMA - Avaliou ter sido positiva a realização do seminário mas ressaltou que muitos estados teriam ficado frustrados com o Seminário em razão da ausência das Gerências Executivas do IBAMA. A expectativa era de que os GEREX do IBAMA estariam presentes no evento. O foco do seminário teria sido a municipalização e não a gestão compartilhada devido à falta de um ente (IBAMA).

Dr. Volney – MMA - Afirmou que não havia a previsão da presença dos GEREX/IBAMA no seminário e que o mérito principal do evento foi trazer municípios para discussão.

Dr. Pedro – ABEMA - Inicialmente frustrou-se com a ausência dos GEREX/IBAMA e do IBAMA sede. Entretanto, no fim do evento, constatou ter sido melhor a ausência dos GEREX/IBAMA em função de que com a sua participação, as discussões poderiam ter sido centradas em pontos específicos, locais e regionais. Lamentou ainda a ausência do IBAMA sede e concordou

que o foco do seminário foi a municipalização, ressaltando, entretanto, que a gestão compartilhada não é só municipalização. Como conclusões do seminário, detectou a necessidade de capacitação dos municípios, a pouca atenção dada à geração e integração de informações entre Estados e municípios e o fato de que os Estados com maiores avanços foram aqueles que apresentam um marco legal bem definido. Como encaminhamento, propôs que a próxima reunião da Comissão Tripartite seja somente para discutir o PL da regulamentação do art. 23 da CF.

Dr. Jarbas – ANAMMA – Colocou como focos claros resultantes do seminário a necessidade de acertar as relações União-Estados e de se estruturar os municípios para a gestão ambiental, havendo necessidade de estratégias para resolução destas questões. Destacou que a Comissão Tripartite precisa de uma diretriz básica – fomento à estruturação dos municípios, os mais fracos da federação. A ANAMMA vai propor programa de fomento aos municípios por parte de estados e União. Também a Comissão Tripartite deveria propor a realização de programa formal de fomento aos municípios por parte do MMA e Estados. Deveria, no seu entender, haver maior discussão sobre esta questão para que a Comissão apresente proposta de encaminhamento tendo em vista a realização de um segundo seminário maior, com a participação dos GEREX/IBAMA, por exemplo.

Dr. Maurício – ABEMA - Comentou que a descentralização deve primar pela qualidade e que os municípios devem ter compromissos de criar estruturas mínimas de meio ambiente. Quanto aos temas discutidos no seminário, destacou a descentralização do licenciamento, a importância da organização de grupos de municípios, os problemas de definição de impacto local e significativo e a necessidade de que os municípios assumam responsabilidades de acordo com suas capacidades. Afirmou ainda ser um retrocesso o Governo federal, no seu entender, querer retomar o poder sobre o Estado e um absurdo que haja a intenção do IBAMA/Rio de delegar licenciamento aos municípios naquele Estado. Defendeu ainda que as Comissões Tripartites Estaduais devem ser criadas e que as convocações das comissões devem ser do Estado.

Dr. Jarbas – ANAMMA - Colocou como condição prévia à realização de seminário sobre licenciamento a necessidade de nivelar e ter posições claras. Voltou a ressaltar a necessidade de apoio aos municípios. Sugeriu a inclusão, por parte do Governo Federal, de critérios de capacitação para fomento. A Comissão Tripartite Nacional deve estabelecer diretrizes de trabalho para as Comissões Tripartites Estaduais.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Propôs como pauta a discussão com a Agência Nacional de Águas (ANA) sobre ações conjuntas na capacitação de Estados e Municípios, integrando o SISNAMA e o SNRH.

Dr. Jarbas – ANAMMA - Ressaltou que os municípios devem ter estímulos para a estruturação da área ambiental.

Dr. Volney – MMA - Afirmou não existir nenhuma busca de poder dos órgãos federais sobre os Estados. O que ocorre são ações isoladas dos GEREX/IBAMA de caráter pessoal, sem delegação e mesmo sem legitimidade jurídica. Destacou que a diretriz atual é a integração entre IBAMA sede e suas GEREX e que critérios técnicos tem sido os balizadores de acordos gerais de atuação entre os órgãos ambientais. Além da base técnica, defendeu a necessidade de acordos políticos para definição de conceitos como impactos locais e significativos, no âmbito, por exemplo, da discussões do PL do Art. 23. Destacou que a conversa entre o SISNAMA e o SGRH é fundamental, o papel dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e que a proposta de capacitação dos municípios tem apoio do MMA.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Propôs que a integração de ações com a ANA conste como sugestão de encaminhamento.

Dr. Volney – MMA - Encerrando a discussão sobre a avaliação do Seminário de Gestão Compartilhada, fez a entrega, para a ABEMA e para a ANAMMA, de um CD produzido pelo DAI/SECEX com o material das apresentações feitas no seminário pelos Estados e Municípios.

## ***2. Preparação do Seminário “Rumos do Licenciamento” (09/12/03)***

Dr. Volney – MMA - Propôs que o seminário teria que ser de um dia inteiro, não meio turno.

Dra. Alexandrina – ABEMA Colocou a preocupação de que o seminário tenha um foco e propôs que o mesmo seja de um dia e meio, mas após a reunião do CONAMA dos dias 10 e 11 de dezembro próximos.

Dr. Rasesa – ANAMMA - Concordou que o seminário deva ter foco claro, sem a discussão de conflitos regionais e locais.

Dr. Jarbas – ANAMMA - Afirmou ser necessário pré-acordo da Comissão Tripartite sobre os objetivos do seminário.

Dr. Raserá – ANAMMA - Defendeu que o seminário deve ter resultados, como diagnósticos dos problemas normativos, legais e institucionais.

Dr. Langone – MMA - Falando sobre os objetivos do seminário, colocou o contexto atual de movimento deliberado de ataque ao sistema de licenciamento no país, tanto da União quanto dos Estados e a necessidade de ações no sentido de neutralizar este movimento. Este seria o foco do seminário. Destacou a intenção do MMA em criar uma agenda e discutir o tema com diferentes entidades representativas da iniciativa privada, Ministério Público, e da própria União.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Colocou que o foco do seminário talvez seja restrito demais, frustrando expectativas.

Dr. Maurício – ABEMA - Concordou que há grande pressão por licenciamentos e que deve haver vontade política de melhorar a qualidade deste instrumento.

Dr. Raserá – ANAMMA - Afirmou que a área ambiental correspondeu às demandas emergenciais do setor elétrico na época da crise energética e apagão. Afirmou que o poder econômico é muito forte e atinge a todos, pressionando o sistema de licenciamento nas três esferas de governo. Opinou que o seminário pode trazer à tona debilidades dos empreendedores, dividindo responsabilidades pela situação atual do licenciamento.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Destacou serem interessantes iniciativas do MMA de diálogo com outros setores como o Ministério de Minas e Energia, exemplificando seminário conjunto dos dois ministérios sobre licenciamento de energia eólica.

Dr. Pedro – ABEMA - Sugeriu manter seminário no dia 09/12/03 e, neste evento, divulgar carta conjunta MMA-ABEMA-ANAMMA com posição comum sobre a situação atual do licenciamento no país.

Dr. Langone – MMA - Enfatizou que problemas do licenciamento não ocorrem somente com os ministérios mas também com empreendedores privados. Chamou a atenção de que não se pode, neste momento, sinalizar para qualquer flexibilização, e afirma ter receio de que uma reunião de apenas 3 horas seja insuficiente.

Dr. Maurício – ABEMA - Sugeriu a realização de seminário tendo como foco, num primeiro momento, a região sudeste, no Rio de Janeiro ou São Paulo.

Dr. Langone – MMA - Propôs que o seminário sobre licenciamento seja realizado na segunda semana de janeiro.

- Indicações de representantes para comissão de estruturação do seminário – ANAMMA indicou Jarbas e Rasesa; ABEMA indicará duas pessoas até 17/11, mais dois do MMA. Indicativo dia 14/01/03.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Pediu “briefing” sobre o seminário para a ABEMA e a ANAMMA.

### ***3. Estratégia de Implementação de Comissões Tripartites Estaduais***

Dr. Langone – MMA - Ressaltou a existência de um amadurecimento e um grau de acordo suficiente para sua criação, sendo posição consensual de todas as esferas. Afirmou ser oportuno anunciar a criação das Comissões Tripartites Estaduais na abertura da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Coloca como ponto a ser discutido a presidência das comissões, enfatizando que serão sem hierarquia, com decisão por consenso. Propôs que haja rotatividade na presidência e que a comissão seja composta por 2 ou 3 representantes por setor. O cronograma de implantação dependeria de cada Estado, do seu grau de maturação.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Mostrou preocupação com o processo legal, questionando sobre a portaria de criação das comissões estaduais ser ou não um instrumento genérico. Colocou que a ABEMA entende que as diretrizes das comissões Tripartites Estaduais devem ser discutidas na Comissão Tripartite Nacional e no CONAMA.

Dr. Langone – MMA - Afirmou que o instrumento de criação das Comissões Estaduais seria uma portaria com diretrizes bem gerais e que seria inadequado levar esta discussão para o CONAMA tendo em vista ser uma questão de governos.

Dr. Maurício – ABEMA - Defendeu que Estados poderiam ser incumbidos a chamar as Tripartites.

Dr. Langone – MMA - Ressaltou que a prerrogativa de chamá-las é do MMA.

Dr. Jarbas – ANAMMA - Concordou que não é adequado submete a discussão sobre as Tripartites Estaduais ao CONAMA.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Enfatizou que o teor da portaria de criação deve ser bem geral e que o mais importante é o anúncio da decisão de sua criação. Receia que portaria apresente detalhes não discutidos na Tripartite Nacional. Deseja saber sobre as bases das Tripartites Estaduais.

Dr. Langone – MMA - Ressaltou a cláusula de consenso como mecanismo inibidor de conflitos.

Dr. Rasesa – ANAMMA - Propôs que, nas Comissões Estaduais, a representação do IBAMA tenha clareza de representação da Ministra. O fórum das Tripartites Estaduais deveria ser preservado, não se permitindo a inclusão de ONG's e ministério Público, por exemplo.

Dr. Langone – MMA - Sugeriu incluir, na portaria de criação das Tripartites Estaduais, “sob acompanhamento da Comissão Tripartite Nacional”.

Dra. Alexandrina – ABEMA - Sugeriu incluir ainda, na proposta de portaria, que a criação das Comissões Tripartites Estaduais ocorrerá através de “implantação gradual, progressiva, de acordo com peculiaridades locais”.

#### ***4. Agenda da Comissão Tripartite Nacional - Encaminhamentos***

Como encaminhamentos, ficou acertado ainda o seguinte:

- Aprofundamento das discussões sobre o PL que trata da regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal;
- Realização de um segundo seminário sobre Gestão Compartilhada com a participação dos Gerentes Executivos (GEREX) do IBAMA, em data a ser definida;
- Discussão sobre a realização de um programa de apoio aos municípios visando à capacitação na área ambiental;
- Promoção de iniciativas visando à integração das ações com a ANA no contexto da gestão compartilhada;
- Realização de seminário sobre o licenciamento na segunda semana de janeiro (indicativo de data: 14/01/04); sendo que a ANAMMA, ABEMA e MMA indicarão, cada um, dois representantes para grupo de

organização do seminário até 17/11/03. O MMA ainda se comprometeu a elaborar e enviar à ABEMA e ANAMMA um “briefing” sobre o conteúdo do seminário;

- Elaboração, pelo MMA, e envio, para avaliação da ABEMA e ANAMMA, de minuta de portaria de criação das Comissões Tripartites Estaduais, de forma a finalizar um documento para ser assinado pela Ministra na abertura da Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Ficou decidido ainda que a próxima reunião será no dia 09/12/03, das 10:00 às 13:00 hs, tendo como pauta os seguintes itens:

- Regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal;
- Programa de Capacitação para Gestão Ambiental;
- Seminário de Licenciamento (informe);
- Agenda da Comissão Tripartite Nacional.